GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA: CRISES ECONÔMICAS, IMPACTOS SOCIAIS E DESIGUALDADES DO SISTEMA

Alcyr Gonçalves da Silva Filho
Emily Benathar Lopes
Luis Gustavo Monteiro Lopes

RESUMO: A globalização financeira reconfigurou a dinâmica da economia mundial, especialmente após o colapso do sistema de Bretton Woods, ao intensificar a mobilidade internacional de capitais sob a égide de políticas neoliberais de desregulamentação, privatização e liberalização financeira. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos da financeirização sobre a estabilidade econômica e as desigualdades sociais, com ênfase na vulnerabilidade das economias periféricas. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa de caráter analítico, fundamentada em revisão bibliográfica e análise histórica de crises econômicas recentes. Argumenta-se que a predominância de formas de valorização do capital desvinculadas da produção material (D–D′) intensificou a instabilidade sistêmica e ampliou assimetrias globais. As crises asiática (1997), argentina (2001) e do subprime (2008) são examinadas como evidências empíricas dessas dinâmicas, revelando padrões recorrentes de fuga de capitais, contração do crédito, aumento do desemprego e aprofundamento das desigualdades sociais.
Palavras-chave: Globalização financeira; Financeirização; Crises econômicas; Desigualdade social; Economias periféricas; Fluxos de capital.
ABSTRACT: Financial globalization has reshaped the dynamics of the world economy, particularly after the collapse of the Bretton Woods system, by intensifying international capital mobility under neoliberal policies of deregulation, privatization, and financial liberalization. This study aims to analyze the impacts of financialization on economic stability and social inequality, with emphasis on the vulnerability of peripheral economies. Methodologically, it adopts a qualitative and analytical approach, based on bibliographic review and historical analysis of recent economic crises. It argues that the predominance of capital valorization processes detached from material production (D–D′) has intensified systemic instability and expanded global asymmetries. The Asian crisis (1997), the Argentine crisis (2001), and the 2008 subprime crisis are examined as empirical evidence of these dynamics, revealing recurring patterns of capital flight, credit contraction, rising unemployment, and deepening social inequalities.
Keywords: Financial globalization; Financialization; Economic crises; Social inequality; Peripheral economies; Capital flows.

1. INTRODUÇÃO

Desde os acontecimentos geopolíticos mais marcantes do último século, da desestruturação do sistema de Bretton Woods ao colapso do mundo soviético, o conceito de "globalização financeira" tornou-se central nos estudos sobre os desdobramentos da economia mundial. Mais especificamente, no entendimento da evolução das relações financeiras internacionais, conexões que há muito tempo deixaram de respeitar limites geográficos, culturais ou políticos. Tal denominação refere-se ao processo de crescente integração dos mercados financeiros globais, caracterizado pela livre circulação de capitais, pela interconexão dos sistemas monetários e pela predominância das finanças sobre a economia produtiva (CHESNAIS, 1996; SAES, 2013).

À medida que os anos avançam, mais as economias domésticas de diferentes nações se entrelaçam de forma irreversível. Como destaca Saes em seu livro História Econômica Geral. "A globalização financeira provocou um aumento da interdependência entre os mercados nacionais, de forma que crises localizadas tendem a se espalhar rapidamente pelo mundo, gerando efeitos sistêmicos em diferentes economias" (SAES, 2013, p. 459).

Esse fenômeno torna evidente que o espaço econômico já não pode ser compreendido apenas dentro das fronteiras nacionais. A desregulamentação das atividades financeiras e a fragilidade dos controles sobre os fluxos internacionais de capitais facilitaram uma mobilidade de recursos nunca antes vista na história da humanidade. Essa dinâmica não se limita a uma mera interconexão técnica, sua finalidade é ampliar a mobilidade do capital em escala global, permitindo que recursos financeiros busquem permanentemente os mercados mais rentáveis e dinâmicos, independentemente das fronteiras nacionais (CHESNAIS, 1996).

Para compreender a ascensão da globalização financeira, é fundamental analisar o contexto histórico que moldou o capitalismo internacional no século XX. O sistema de Bretton Woods, estabelecido em 1944, surgiu como resposta às crises econômicas do período entre guerras e à instabilidade monetária causada pelo protecionismo e pelo colapso do padrão-ouro. Sob a liderança dos Estados Unidos, buscou-se criar um regime monetário estável, com paridade fixa das moedas em relação ao dólar e o dólar atrelado ao ouro, promovendo comércio, cooperação e crescimento global.

Essa era de relativa estabilidade e prosperidade, conhecida como a "Era de Ouro do Capitalismo", impulsionou a reconstrução europeia e japonesa, mas também impôs limitações estruturais, como gastos crescentes dos EUA, déficits comerciais e a emissão de dólares além do lastro em ouro culminaram no dilema de Triffin e, em 1971, na suspensão da convertibilidade do dólar em ouro, seguida pelo abandono do câmbio fixo em 1973. Assim, o mundo entrou em uma nova fase, onde o dinheiro deixou de se lastrear em metais preciosos e passou a circular baseado em

confiança, políticas econômicas, especulação e forças geopolíticas, um cenário que pavimentou o caminho para a integração global dos mercados financeiros e para a volatilidade que caracteriza a globalização financeira contemporânea.

Inevitavelmente, essa evolução dos mercados financeiros caminhou lado a lado com os avanços tecnológicos, especialmente nas áreas de comunicação, informática e transporte, que comprimiram o tempo, reduziram distâncias e aceleraram o deslocamento de capitais. No entanto, essa busca incessante pela maximização do capital nem sempre se traduz em benefícios para as populações. Países mais pobres ou menos integrados ao circuito financeiro global frequentemente absorvem os choques das crises e veem suas economias vulneráveis à volatilidade dos mercados, enquanto trabalhadores e famílias comuns lidam com desemprego, inflação e insegurança econômica. Assim, a globalização financeira revela-se não apenas um fenômeno de integração, mas também de dependência, desigualdade e riscos amplificados.

2. OBJETIVO

O objetivo geral do estudo é analisar de que forma a globalização financeira influencia o desenvolvimento humano e as desigualdades econômicas no contexto mundial. Busca-se compreender se os processos de integração financeira global promovem avanços em indicadores de desenvolvimento humano, como educação, saúde e qualidade de vida, ou se, ao contrário, acentuam fragilidades econômicas e sociais, aprofundando desigualdades entre países e regiões. Tendo isso em vista, a pesquisa se propõe a sistematizar informações provenientes de relatórios internacionais, literatura acadêmica e dados secundários confiáveis, a fim de oferecer uma visão crítica e abrangente sobre os impactos da globalização financeira, identificando tendências, convergências, divergências e lacunas na literatura existente.

E para chegar a tal resultado surge a necessidade de elencar alguns objetivos específicos: mapear a literatura existente sobre globalização financeira, desenvolvimento humano e desigualdades econômicas, identificando os principais conceitos, teorias e abordagens utilizadas, selecionar e filtrar fontes de dados confiáveis, priorizando relatórios internacionais e publicações científicas recentes, interpretar criticamente os resultados e identificar convergências, divergências e lacunas na literatura, destacando possíveis impactos positivos ou negativos da globalização financeira sobre o desenvolvimento humano e a desigualdade econômica.

3. METODOLOGIA

O estudo que deu origem ao trabalho adotou uma abordagem qualitativa, pois buscou entender de forma crítica os fenômenos sociais e econômicos por meio de interpretações e análise de dados secundários. "A pesquisa qualitativa se destaca por focar no sentido e na interpretação dos fenômenos sociais, ao invés de sua mensuração" (GIL, 2019, p. 4).

Através de uma revisão integrativa da literatura, surge a possibilidade de reunir, analisar e sintetizar conhecimentos já produzidos sobre o tema, de forma sistemática e crítica, permitindo identificar lacunas e propor novas reflexões sobre a evolução dos mecanismos e dinâmicas acerca da globalização financeira. As principais fontes de dados e informações são documentos e relatórios disponibilizados por organismos multilaterais, em especial o Fundo Monetário Internacional (FMI), além de literatura científica indexada em bases acadêmicas (Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico).

Assim, além da perspectiva dos grandes teóricos da ciência econômica, que proporcionaram o arcabouço teórico para a compreensão dos fenômenos analisados, também contará com uma visão contemporânea do processo, considerando as dinâmicas da globalização, entendida como a intensificação das relações econômicas em escala mundial e a ampliação da interdependência entre as economias nacionais, e a inserção dos países periféricos no sistema econômico mundial.

Nesse contexto, a globalização financeira pode ser compreendida como a crescente integração dos mercados de capitais e a liberalização dos fluxos financeiros internacionais, processo que, conforme destaca Furtado, tende a reforçar assimetrias estruturais entre centro e periferia. Já o capital financeiro, por sua vez, assume papel central como forma de valorização predominantemente desvinculada da produção, operando por meio da circulação ampliada do dinheiro e da especulação, como também discutido por Carneiro ao analisar a inserção periférica subordinada nos circuitos globais de capital. Dessa forma, tais elementos permitem a construção de um texto mais completo e robusto, articulando fundamentos teóricos clássicos com interpretações contemporâneas sobre a dinâmica do capitalismo global (FURTADO, 2000; CARNEIRO, 2002).

Os critérios de inclusão envolvem publicações científicas e relatórios institucionais que abordam globalização financeira, desenvolvimento humano ou desigualdade, trabalhos publicados entre os anos de 1990 e 2020, textos disponíveis integralmente em português, inglês ou espanhol, documentos com metodologia explicitada e compatível com análise crítica qualitativa. Já por parte dos critérios de exclusão tomaremos publicações que não possuam relação direta com a questão de pesquisa; materiais opinativos sem fundamentação empírica ou teórica, estudos repetidos ou duplicados em bases diferentes, trabalhos sem acesso ao texto completo.

Sabendo que a base de dados é enorme, fez-se necessário o crivo dos textos em relação ao tema, optando sempre por fontes mais recentes e buscando os dados em bancos de dados com renome no mundo todo para manter a veracidade, integridade e qualidade do trabalho, uma vez que os critérios de inclusão em pesquisas bibliográficas devem garantir a pertinência e a atualidade das informações analisadas (GIL, 2019).

A análise de dados será conduzida por meio do conteúdo temático, seguindo as etapas de leitura exploratória e seleção do material, organização e categorização das evidências conforme os eixos “desenvolvimento humano” e “desigualdades/fragilidades econômicas”, interpretação crítica à luz do referencial teórico e da pergunta de pesquisa, por fim a síntese dos resultados, destacando convergências, divergências e lacunas na literatura (BARDIN, 2016).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender a lógica atual da globalização financeira, é necessário revisitar alguns marcos históricos da economia mundial no século XX, tomando como base os estudos apresentados por Saes (2013) e Harvey (2008) que fornecem uma contextualização histórica essencial para este entendimento.

O padrão-ouro e, posteriormente, o sistema de Bretton Woods representaram tentativas de conferir estabilidade monetária e previsibilidade ao comércio internacional. O colapso dessas experiências abriu espaço para uma nova fase, onde a confiança, e não mais o ouro, passou a ser o lastro do dinheiro, criando oportunidades inéditas, mas também riscos e desigualdades sem precedentes (SAES, 2013).

A conferência de Bretton Woods (1944) foi concebida como resposta às tensões do período entre guerras, caracterizado por políticas protecionistas e isolamento econômico que aprofundaram a crise mundial. Ao atrelar as moedas nacionais ao dólar, e este ao ouro, estabeleceu-se uma ordem monetária que oferecia estabilidade, mas também institucionalizou a hegemonia dos Estados Unidos. Essa arquitetura possibilitou o chamado “milagre econômico” do pós-guerra, com crescimento acelerado, reconstrução europeia, fortalecimento do Japão e expansão do consumo em escala inédita. Para as populações desses países, significou aumento do emprego, ampliação de direitos sociais e melhoria nos padrões de vida, a chamada “Era de Ouro do Capitalismo”.

Entretanto, conforme afirma Saes (2013), os efeitos não foram universais. Enquanto o centro capitalista colhia prosperidade, países periféricos permaneciam presos à condição de fornecedores de matérias-primas e dependentes de fluxos de capital externo. A promessa de desenvolvimento global homogêneo não se cumpriu, visto que a desigualdade entre Norte e Sul se aprofundava.

> As características dessa prosperidade não são tipicamente as mesmas dos países capitalistas desenvolvidos: em muitos casos, o “bem-estar” esteve ao alcance de pequena parcela da população; em outros, não se teve acesso aos mesmos tipos de bens de consumo presentes nas economias capitalistas. E para muitas nações, a Era de Ouro foi algo que passou muito longe. (SAES, 2013, p. 488).

Nos anos 1960, os limites dessa ordem ficaram evidentes. A escalada dos gastos militares dos EUA, sobretudo na Guerra do Vietnã, e a concorrência produtiva da Europa e do Japão minaram a sustentabilidade do sistema. O dilema de Triffin expôs uma grande contradição do

sistema de Bretton Woods, para manter a liquidez mundial, era preciso emitir dólares, mas quanto mais dólares circulavam, menor a confiança na conversão em ouro. Quando Nixon suspendeu a conversibilidade em 1971, Bretton Woods encarou o seu colapso.

> Ao longo da década de 1960 a situação se agravou e em agosto de 1971, diante da crescente pressão sobre a moeda norte-americana, o presidente Richard Nixon suspendeu a conversão dos dólares em ouro. Um dos pilares do sistema de Bretton Woods fora destruído; as tentativas de manter o outro pilar – taxas de câmbio fixas – mostraram-se ilusórias. (SAES, 2013, p. 572).

Esse rompimento não foi apenas técnico, mas civilizatório, a economia global ingressou numa era em que a confiança política e os fluxos especulativos substituíram o lastro físico. E as consequências sociais logo seriam sentidas, como volatilidade cambial, maior exposição de economias frágeis a choques externos e intensificação da dependência dos países em desenvolvimento em relação às potências financeiras.

O fim de Bretton Woods abriu espaço para uma globalização financeira sem precedentes, mas essa transformação não foi obra do acaso nem fruto de alguma evolução natural do capitalismo, ela foi deliberadamente construída por escolhas políticas duras e orientadas por interesses das classes dominantes (HARVEY, 2008; SAES, 2013).

Nos Estados Unidos, Ronald Reagan impulsionou cortes de impostos, flexibilização de regras trabalhistas e a remoção de barreiras legais que limitavam a atuação dos bancos e investidores. No Reino Unido, Margaret Thatcher seguiu caminho semelhante, privatizando empresas estatais, reduzindo o poder dos sindicatos e abrindo espaço para a plena liberalização do capital. No Chile, sob a ditadura de Pinochet, a mesma lógica foi aplicada de forma ainda mais radical, transformando o país em um laboratório da ortodoxia neoliberal latino-americana.

> Outras mudanças verificadas nos anos 1980 enquadram-se no mesmo sentido das até aqui observadas: uma redução do papel do Estado na economia que, no plano geral, foi identificada pelo rótulo de neoliberalismo. Se, no caso da Europa e de outras regiões, uma das principais faces do neoliberalismo foi a privatização de empresas públicas, no caso dos Estados Unidos (em que a importância das empresas estatais era reduzida), o neoliberalismo se manifestou pela desregulamentação da economia. (SAES, 2013, p. 558).

Conforme descrito por Saes (2013), a desregulamentação significou, na prática, a retirada dos freios que contornavam a especulação e a instabilidade. Controles sobre juros, exigências de reservas bancárias, restrições à circulação de capitais e até limites de atuação setorial foram desmontados. Os fluxos financeiros ganharam liberdade inédita para atravessar fronteiras em busca do retorno mais rápido e elevado. O resultado foi a formação de um sistema financeiro global cada vez mais interconectado, ágil e especulativo (SAES, 2013).

Mas esse processo não se limitou a mudar o comportamento dos mercados, alterou também profundamente a relação entre Estados e sociedades. Governos passaram a moldar suas políticas econômicas, como câmbio, tarifas, e juros, de acordo com a pressão dos investidores internacionais, muitas vezes em detrimento de demandas sociais internas. Empresas, por sua vez, organizaram cadeias produtivas para atender não mais ao trabalhador ou ao consumidor, mas às expectativas dos acionistas e fundos globais (HARVEY, 2008; SAES, 2013).

O efeito combinado da desregulamentação, da inovação tecnológica e da ideologia neoliberal inaugurou aquilo que muitos estudiosos denominam hegemonia do capital financeiro. Nesta etapa, os mercados deixaram de refletir a economia real e passaram a ditar seus rumos. Decisões sobre investimento produtivo, políticas sociais e até a soberania de Estados nacionais começaram a ser subordinadas à lógica da rentabilidade financeira. Para amplas camadas da população, isso se traduziu em empregos mais precários, retração do Estado de bem-estar social, aumento das desigualdades e vulnerabilidade diante de crises globais (HARVEY, 2008; SAES, 2013).

O capital, antes restrito por barreiras nacionais e pela lentidão dos meios tradicionais, passou a atravessar continentes em questão de segundos, impulsionado pelo avanço das tecnologias da informática e das telecomunicações. O desenvolvimento de redes globais de computadores, da internet nascente, dos sistemas de transações eletrônicas e, mais tarde, das plataformas digitais de negociação, permitiu que volumes gigantescos de recursos circulassem em tempo real entre bolsas de valores, bancos e governos em diferentes partes do planeta.

Essa nova etapa do capitalismo pode ser lida, à luz de O Capital de Karl Marx, como a radicalização da lógica D–D′, em que o dinheiro (D) busca retornar como dinheiro acrescido de mais-valor (D′), mas agora sem precisar passar pelo processo produtivo clássico. No modelo marxista tradicional, o capital circula como D–M–D′: dinheiro investido em mercadorias, força de trabalho e meios de produção, que, ao serem transformadas em novos produtos, retornam ao mercado com valor ampliado. A mercadoria (M) era o elo central onde se condensava a exploração do trabalho (MARX, 2013).

Com a financeirização, esse elo foi em grande parte suprimido. O capital opera diretamente como D–D′, um circuito de valorização que dispensa a produção material. O lucro não nasce do suor do trabalhador na fábrica, mas de operações financeiras. O capital passou a se multiplicar sobre si mesmo, num jogo de abstrações que se retroalimenta.

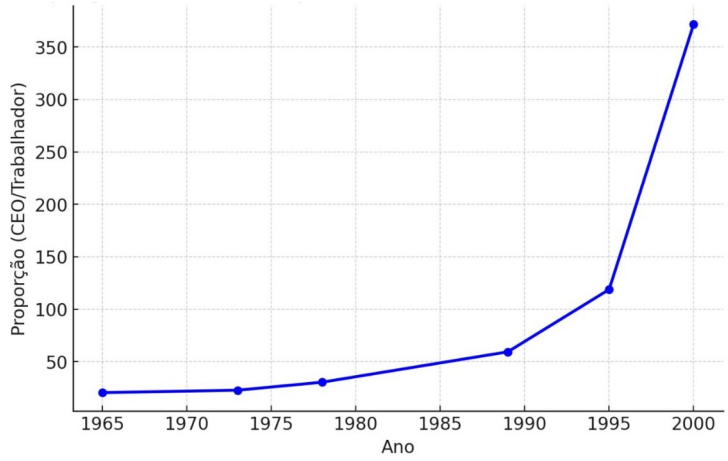
O problema é que essa lógica aparentemente etérea recai violentamente sobre a vida concreta. O capital desterritorializado pode migrar em segundos de um país para outro, guiado apenas pela rentabilidade. Para atrair, e não perder esses fluxos, os Estados nacionais se veem

pressionados a adotar políticas de austeridade que impactam diretamente os direitos sociais, como flexibilização trabalhista, cortes em saúde e educação, entre outros. Ou seja, a promessa de crescimento via financeirização cobra seu preço justamente daqueles que não têm acesso a ela, no caso os trabalhadores, desempregados e populações vulneráveis (HARVEY, 2008).

As implicações sociais foram profundas, pois nos países desenvolvidos, a financeirização trouxe ganhos para investidores, mas também fragilizou empregos industriais, deslocando milhões de trabalhadores para setores mais precarizados. A concentração de renda se intensificou, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990.

> Efeitos redistributivos e uma desigualdade social crescente têm sido de fato uma característica tão persistente do neoliberalismo que podem ser considerados estruturais em relação ao projeto como um todo. (…) Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% perto do final do século. O 0,1% mais rico aumentou sua parcela de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos CEOs passou de 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 em 2000. (Harvey, 2008, p. 50).

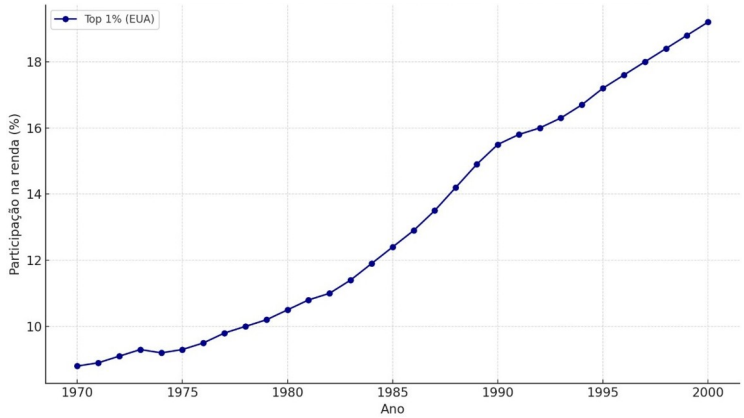
Gráfico 1 - Proporção da remuneração entre CEO e trabalhador (1965-2000)



Fonte: Elaboração própria a partir do epi.org (2025)

Harvey (2005) conclui que os efeitos redistributivos e a crescente desigualdade social tornaram-se características estruturais do neoliberalismo, evidenciadas pelo aumento expressivo da parcela da renda do 1% mais rico nos Estados Unidos, que chegou a 15% no final do século, e pelo salto do 0,1% mais rico de 2% em 1978 para mais de 6% em 1999, assim como pela disparidade entre o salário mediano dos trabalhadores e a compensação dos CEOs, que passou de 30 para 1 em 1970 para quase 500 para 1 em 2000. Tal afirmação pode ser conferida no gráfico 2:

Gráfico 2 – 1% mais rico na renda nacional dos EUA (1970–2000)



Fonte: Elaboração própria a partir do ourworldindata.org (2025).

Nas economias periféricas, a abertura financeira significou vulnerabilidade crônica. Em crises como a asiática (1997), a Argentina (2001) e a do subprime (2008) mostraram que o capital especulativo não apenas circula livremente, mas também abandona países em questão de horas, deixando atrás desemprego, cortes sociais e recessão. Cada crise revelou uma assimetria estrutural, os ganhos ficam concentrados em centros financeiros globais, enquanto os custos recaem sobre populações locais (HARVEY, 2008; SAES, 2013).

Assim, a partir desse panorama geral, torna-se necessário examinar de forma mais detalhada o que ocorreu em cada uma dessas crises, a asiática de 1997, a argentina de 2001 e a do subprime de 2008, para compreender não apenas sua dinâmica econômica, mas também os impactos sociais profundos que deixaram como legado.

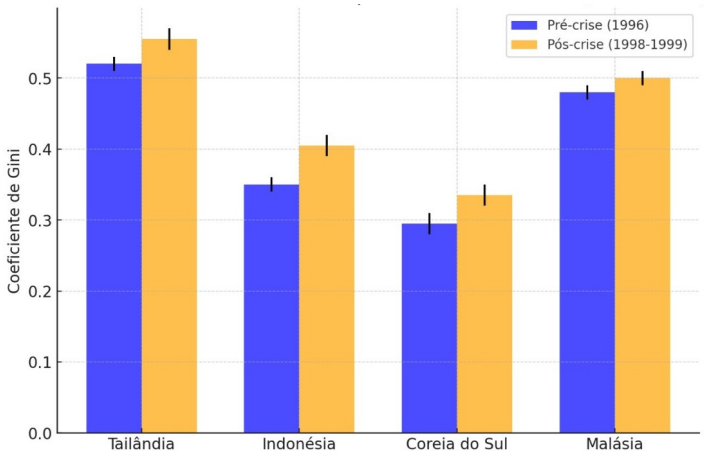
A crise financeira asiática de 1997 revelou de forma contundente a fragilidade estrutural das economias do sudeste asiático, que haviam se tornado grandes receptoras de capitais externos devido às altas taxas de juros e à expectativa de valorização cambial. Entretanto, a maior parte desses fluxos tinha caráter especulativo e de curto prazo, o que aumentava a exposição a choques externos. O ponto de ruptura ocorreu em julho de 1997, quando a Tailândia, após esgotar suas reservas internacionais na tentativa de sustentar a paridade de sua moeda, foi forçada a desvalorizá-la.

A medida desencadeou uma crise de confiança que rapidamente se espalhou pela região, provocando fuga de capitais, queda acentuada nas bolsas de valores e forte desvalorização das moedas locais. Empresas altamente endividadas em moeda estrangeira entraram em insolvência, e os impactos sociais não tardaram: crescimento do desemprego, retração do PIB, falências em larga escala e aumento da pobreza. O auxílio oferecido pelo FMI veio condicionado a rígidos programas

de austeridade, gerando debates sobre a perda de autonomia política e a imposição de agendas externas a economias já debilitadas (GUIMARÃES, 2010).

Este cenário de desestabilização econômica e social teve como uma de suas consequências mais perversas o aprofundamento das desigualdades internas nos países afetados, como evidenciado pela trajetória do coeficiente de Gini antes e após a crise:

Gráfico 3 - Coeficiente de Gini antes e depois da crise asiática (1997-1999)



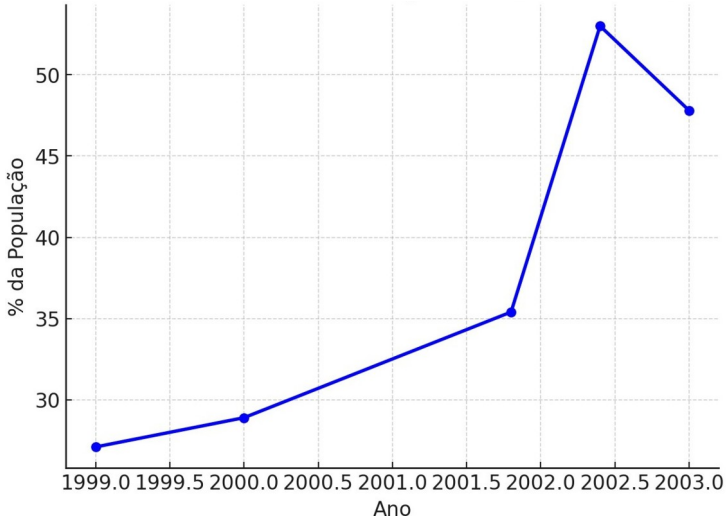
Fonte: Elaboração própria a partir do FMI (2025).

A crise argentina de 2001 representou um dos episódios mais severos de colapso econômico e social na história recente da América Latina. Sua origem remonta à adoção da política de paridade fixa entre o peso e o dólar norte-americano. Em um primeiro momento, tal política controlou a inflação crônica do país, mas rapidamente gerou distorções, onde os produtos argentinos se tornaram menos competitivos, os déficits comerciais se ampliaram e a dívida externa cresceu de forma insustentável.

Para financiar tais desequilíbrios, o governo recorreu intensamente ao endividamento externo, o que, diante da instabilidade política e da fuga de capitais, se tornou inviável. A decretação do “corralito”, em dezembro de 2001, que congelou os depósitos bancários da população, gerou revolta social e protestos massivos. Pouco depois, o país declarou a maior moratória da sua história, acompanhada pela abrupta desvalorização do peso, que reduziu brutalmente o poder de compra da população. (SANTORO, 2017).

Esse episódio evidenciou os riscos associados a regimes cambiais rígidos em economias periféricas e demonstrou a centralidade da gestão responsável da dívida externa como condição para a soberania econômica. A crise argentina demonstrou dramaticamente como uma crise financeira pode reverter anos de progresso social em poucos meses, com efeitos desproporcionais sobre os segmentos mais vulneráveis da população.

Gráfico 4 - Taxa de pobreza na Argentina (1999-2003)



Fonte: Elaboração própria a partir do INDEC (2025).

Nesse contexto, Saes e Saes sintetizam bem o padrão dessas crises

> As recorrentes crises dos anos 1990 (México, países asiáticos, Rússia, Brasil, Argentina) ilustram a dinâmica da acumulação financeira: a busca de rendimentos elevados, num ambiente de liberalização dos fluxos internacionais de capitais, induziu deslocamentos rápidos dos recursos de um mercado a outro; e quando o risco de insolvência de um país se eleva, há uma rápida fuga de capitais para títulos mais seguros, detonando uma crise financeira nesse país.” (SAES; SAES, 2013, p. 634)

Já a crise do subprime de 2008, também conhecida como Crise Financeira Global, teve início no mercado imobiliário norte-americano, mas rapidamente contaminou o sistema financeiro mundial. O problema surgiu quando instituições financeiras passaram a conceder empréstimos hipotecários de alto risco a famílias com baixa capacidade de pagamento. Esses créditos foram transformados em complexos títulos financeiros e vendidos para investidores em escala global, ampliando os riscos sistêmicos. Com o estouro da bolha imobiliária e o aumento exponencial da inadimplência, os ativos se tornaram tóxicos, levando grandes bancos e seguradoras à beira da falência.

A velocidade da contaminação demonstrou a interdependência do sistema financeiro global e a falta de mecanismos eficazes de regulação. O impacto foi devastador, com recessão generalizada, aumento expressivo do desemprego, retração do crédito e desorganização do comércio internacional. Governos foram obrigados a intervir de forma massiva, resgatando instituições financeiras e implementando pacotes de estímulo econômico. Entretanto, os custos sociais foram profundamente assimétricos, enquanto os centros financeiros foram preservados, trabalhadores e

populações vulneráveis absorveram as maiores perdas, evidenciando os limites da desregulamentação e os riscos de uma inovação financeira sem controles adequados (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Tabela 1 - Perda de Empregos por setor EUA (2007-2010)

Setor	Empregos Perdidos	Variação Percentual	Período
Construção Civil	2.3 milhões	-29.7%	2007-2010
Manufatura	2.1 milhões	-15.3%	2007-2010
Comércio Varejista	1.2 milhões	-7.5%	2007-2010
Serviços Profissionais	1.5 milhões	-7.2%	2007-2010
Finanças	0.8 milhões	-9.6%	2007-2010
Outros Setores	0.9 milhões	-4.1%	2007-2010

Fonte: Elaboração própria a partir do BLS (2025)

Diante da recorrência das crises financeiras globais, torna-se evidente a necessidade de uma supervisão mais robusta e coordenada do sistema financeiro internacional. Nesse sentido, destacam-se alternativas como a implementação de tributos sobre transações financeiras, a exemplo do Imposto Tobin, o fortalecimento dos mecanismos de controle de capitais e a reforma das instituições multilaterais, em especial o FMI e o Banco Mundial. Tais medidas visam mitigar a volatilidade, conter práticas especulativas e reduzir as desigualdades que se aprofundam em momentos de instabilidade.

O Imposto Tobin, concebido por James Tobin na década de 1970, tem como objetivo desestimular operações de curto prazo de caráter especulativo, ao mesmo tempo em que gera receitas que poderiam ser direcionadas ao financiamento de bens públicos globais, como saúde, meio ambiente e combate à pobreza. Da mesma forma, a adoção de controles sobre fluxos de capitais de curto prazo representa um instrumento de proteção às economias nacionais, prevenindo a formação de bolhas e garantindo maior margem de autonomia política e econômica (BASSO; SILVA; PINHO, 2002).

Paralelamente, a modernização da governança multilateral surge como elemento indispensável para tornar as decisões de organismos internacionais mais transparentes, inclusivas e voltadas à prevenção de crises. Nesse contexto, a criação de mecanismos de reestruturação ordenada de dívidas soberanas se apresenta como fundamental para evitar impasses prolongados e onerosos, promovendo uma repartição mais equilibrada dos custos entre credores e devedores (SANTOS, 2024)

Em síntese, tais propostas não se configuram como barreiras à dinâmica dos mercados, mas como instrumentos de equilíbrio entre liberdade econômica e estabilidade sistêmica. A construção de um sistema financeiro global mais resiliente, justo e voltado ao desenvolvimento sustentável depende, sobretudo, de vontade política e de uma cooperação internacional efetiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conduzida permitiu compreender que a globalização financeira contribuiu muito mais para aprofundar desigualdades e fragilidades do que para promover o desenvolvimento humano em escala global. Ainda que tenha ampliado o acesso a capitais, dinamizado investimentos e acelerado a integração entre economias, esses efeitos positivos mostraram-se concentrados nos países centrais e em grandes corporações financeiras, não se traduzindo em melhorias equivalentes para as populações. A lógica predominante de valorização abstrata do capital (D–D′) afastou-se da produção material e das necessidades sociais, tornando evidente que os ganhos da financeirização se distribuem de forma extremamente desigual.

As crises de 1997, 2001 e 2008 demonstram com clareza que os custos da globalização financeira recaem, de forma desproporcional, sobre as sociedades mais vulneráveis. A volatilidade do capital, a fuga repentina de recursos e as respostas baseadas em austeridade corroeram avanços sociais, ampliaram a pobreza e geraram instabilidade crônica nas economias periféricas. Enquanto investidores e instituições globais preservaram seus interesses, trabalhadores, pequenos produtores e famílias inteiras viram sua segurança econômica desmoronar. Esses episódios reforçam que, em grande medida, a globalização financeira operou como um mecanismo de concentração de renda e poder, agravando as assimetrias estruturais do sistema internacional.

Diante disso, conclui-se que a globalização financeira não pode ser interpretada como um vetor automático de desenvolvimento humano, mas sim como um processo ambíguo, cujos benefícios são limitados e cujas consequências sociais negativas se mostraram recorrentes. Para que ela contribua de fato ao bem-estar coletivo, torna-se indispensável a criação de mecanismos de regulação robustos, capazes de conter a especulação de curto prazo e redistribuir de forma mais justa os frutos da integração econômica. Somente através da regulação democrática, de uma governança internacional inclusiva e da priorização do desenvolvimento humano será possível transformar a globalização financeira de um fator de instabilidade e desigualdade em um instrumento de progresso social e equilíbrio sistêmico.

6. REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Uma reflexão à luz da teoria marxista da dependência*. 2024. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03401.pdf. Acesso em: 7 set. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BASSO, Leonardo Fernando Cruz; SILVA, Marcelo Roque da; PINHO, Fernando J. M. de. Renda mínima e Tobin Tax como instrumentos para aliviar a pobreza no Brasil. *Organizações & Sociedade*, v. 9, n. 25, p. 13-28, set./dez. 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise e recuperação da confiança. *Revista de Economia Política*, v. 29, n. 1 (113), p. 133-149, jan./mar. 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CARNEIRO, Ricardo. *Globalização e integração periférica*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DALCERO, Pedro Luiz. Globalização financeira e volatilidade de capitais: a busca de uma alternativa racionalista. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 40, n. 2, p. 131-143, jul./dez. 1997.

ECONOMIC POLICY INSTITUTE. *Economic Policy Institute*. 2025. Disponível em: https://www.epi.org/. Acesso em: 7 set. 2025.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GLOBAL CHANGE DATA LAB. *Our World in Data*. 2025. Disponível em: https://ourworldindata.org/. Acesso em: 7 set. 2025.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Estado e economia na Coreia do Sul: do Estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 1 (117), p. 45-62, jan./mar. 2010.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA Y CENSOS. *Encuesta Permanente de Hogares: pobreza e indigencia*. Buenos Aires: INDEC, 2002.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World Economic Outlook: crises and recoveries*. Washington, DC: IMF, 2009. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2016/12/31/World-Economic-Outlook-April-2009-Crises-and-Recoveries-22575. Acesso em: 7 set. 2025.

SAES, Alexandre Macchione. *História econômica geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTORO, Maurício. A crise de 2001 e a política externa argentina. *Revista Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 81-93, jan. 2017. Disponível em: http://revistaestudospoliticos.com/. Acesso em: 7 set. 2025.

SANTOS, Marcelo. *Justiça e governança no sistema internacional*. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2024.

U.S. BUREAU OF LABOR STATISTICS. *The recession of 2007-2009*. *BLS Spotlight on Statistics*, n. 22, fev. 2012. Disponível em: https://www.bls.gov/spotlight/2012/recession/. Acesso em: 7 set. 2025.